

# Proposta de implantação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural na localidade de Manguinhos, no município de São Francisco do Itabapoana/RJ, com ênfase em educação ambiental

*Proposal for the establishment of a private natural heritage in the town of Manguinhos, in São Francisco do Itabapoana/RJ, with emphasis on environmental education*

Glauce Junqueira Quintanilha<sup>\*</sup>  
Rafaela Cruz Ferreira<sup>\*\*</sup>  
Vicente de Paulo Santos de Oliveira<sup>\*\*\*</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo propor ações com ênfase em Educação Ambiental para subsidiar a implantação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em um fragmento florestal na localidade de Manguinhos, no município de São Francisco do Itabapoana/RJ, no qual se verificam impactos negativos oriundos de prolongadas e intensas intervenções humanas. A metodologia deste trabalho possui caráter qualitativo e está pautada em levantamento bibliográfico, observação para obtenção de informações sobre tema, além de entrevistas semiestruturadas para verificação da percepção da comunidade do entorno acerca da criação de uma RPPN na localidade. A análise do perfil e da percepção dos entrevistados acerca da Unidade de Conservação e da problemática ambiental local nortearam a proposição de estratégias de atividades e práticas para a promoção da educação ambiental pautadas nos princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a fim de tornar a RPPN uma área adequada à prática e à busca de espaços socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

**Palavras-chave:** Reserva Particular do Patrimônio Natural. Educação Ambiental. Unidade de Conservação.

## Abstract

*This article aims to propose actions with emphasis on Environmental Education to support the deployment of a Private Natural Heritage Reserve (RPPN) in a forest fragment in Manguinhos, São Francisco do Itabapoana/RJ, in which negatives impacts of prolonged and intensive human interventions have been observed. The methodology of this study has a qualitative character, and is guided by literature review, observation to obtain information on the theme, and semi-structured interviews to verify the perception of the surrounding community about the creation of a RPPN in the locality. The analysis of the profile of the respondents, and their perception about the conservation area and local environmental*

<sup>\*</sup> Mestre em Engenharia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Professora da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) na Escola Estadual Agrícola Antônio Sarlo e Professora da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. Email: glaycejq@yahoo.com.br

<sup>\*\*</sup> Especialista em Educação Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. Email: rafadark18@yahoo.com.br

<sup>\*\*\*</sup> Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense, Campus Rio Paraíba do Sul), Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. Email: vsantos@iff.edu.br

*issues guided the strategies proposition, as well as practical activities to promote environmental education based on the ProNEA principles, in order to make the RPPN a suitable area for the practice and demand of socially just and environmentally sustainable spaces.*

**Keywords:** *Private Natural Heritage Reserve. Environmental Education. Conservation Unit.*

## Introdução

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um instrumento extremamente importante para a conservação e preservação no Brasil, contribuindo para o aumento das áreas protegidas em locais estratégicos, como em ecossistemas ameaçados e zonas de amortecimento de Unidades de Conservação (UCs), colaborando com a formação de corredores ecológicos e com o aumento da conectividade da paisagem.

As RPPNs são UCs de domínio privado, gravadas em perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, cuja criação se dá por ato voluntário do proprietário da terra (BRASIL, 2000). Além disso, a criação de RPPNs no território brasileiro tem sido considerada um importante elemento de estreitamento de relações homem-natureza, uma vez que ao legitimar uma RPPN, o proprietário de terras compreende a importância da conservação da biodiversidade. Ao criar voluntariamente e participar do manejo desta categoria de UCs, o proponente exercita sua cidadania e completa os esforços do Poder Público para a conservação ambiental.

A área onde se pretende implantar uma RPPN é uma propriedade rural particular do Colégio João Paulo II, conhecida como Fazenda São Pedro, onde há um fragmento florestal que há alguns anos vem sofrendo com ações antrópicas, resultantes, em grande parte, da supressão da vegetação para formação de pastagem associadas aos manejos inadequados advindos do mau uso dos espaços, como pelo plantio de árvores exóticas, resultando na descaracterização do ecossistema local (restinga). A fazenda possui ainda, grande relevância histórica e cultural, protagonizando fatos do período da escravidão que elevam a necessidade de seu enquadramento num regime especial de proteção.

A perspectiva de crescimento da região, a partir da implantação do Terminal Portuário Canaã aumenta a relevância de preservação da área (SQUALO, 2013).

Neste contexto, a implantação de uma RPPN, conforme proposto, é uma ação relevante na localidade, salvaguardando uma porção importante daquele território tanto do ponto de vista ambiental, quanto histórico-cultural, já que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a estabelece como uma área privada que objetiva a conservação da biodiversidade ecológica, na qual só podem ser realizadas atividades relacionadas a pesquisas científicas, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Dentro desta perspectiva, as RPPNs são um modelo de como a sociedade pode interferir de maneira positiva na conservação do ambiente, por se constituírem em espaços privilegiados para desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

Convém destacar que a Educação Ambiental exercida em UCs propicia a inter-relação dos processos de aprendizagem, sensibilização, questionamento e conscientização em todas as idades, além da utilização de diversos meios e métodos educativos para transmitir o conhecimento sobre o

ambiente e enfatizar de modo adequado atividades práticas e sociais (GUIMARÃES, 1995).

Assim, a criação de uma RPPN na área revela-se como uma estratégia importante de preservação e conservação, com intuito de proteger o ambiente natural para frear e minimizar os impactos sofridos ao longo do tempo, além de fornecer um espaço adequado para aplicação de práticas ambientais que promovam a sensibilização dos visitantes e da comunidade do entorno.

O presente trabalho visa propor ações para subsidiar a implantação de uma RPPN na localidade de Manguinhos, município de São Francisco de Itabapoana/RJ, com ênfase em Educação Ambiental a fim de promover a conservação e preservação da biodiversidade local. Para isso, foram identificadas as ações antrópicas que contribuíram para a degradação da área, sugerindo possíveis práticas ambientais no ecossistema, além de verificar a percepção da comunidade do entorno acerca da problemática ambiental local.

## **Reserva Particular do Patrimônio Natural**

Segundo a legislação brasileira, Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas que fazem parte do sistema brasileiro de proteção ao meio ambiente e são controladas, na esfera federal, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), compondo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído em 18 de julho de 2000, através da Lei n.º 9.985.

De acordo com Brasil (2000), define-se como Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC define e regulamenta as categorias de UCs nas instâncias federal, estadual e municipal, dividindo-as em dois grupos conforme seus objetivos:

- Unidades de Proteção Integral: preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei.
- Unidades de Uso Sustentável: compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) constituem Unidades de Conservação que, segundo o SNUC, estão inseridas na categoria de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, sendo permitida a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. A criação de uma RPPN é um ato voluntário do proprietário de terra que deseje constituí-la sem a necessidade de desapropriação.

A criação de áreas protegidas, seja de domínio público ou privado, é uma das estratégias mais efetivas para a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados. Essa categoria permite, dessa maneira, a participação da iniciativa privada no esforço

nacional da proteção à biodiversidade, muito no que diz respeito ao fortalecimento dos corredores ecológicos entre unidades de conservação, além de propiciar diversos outros serviços ambientais: proteção de nascentes e cursos d'água, de entorno de lagoas e represas; colaboração no controle climático e na purificação da atmosfera e contenção de erosão em morros e encostas (FUNDO MUNDIAL..., 2008).

De acordo com a cartilha “RPPN – iniciativa cidadã para proteção da natureza”, produzida pelo WWF em 2008, as RPPNs assumem grande importância diante do cenário atual de dificuldades econômicas e políticas para a criação de Unidades de Conservação públicas. A cartilha referida, coloca as RPPNs como estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade que além de possibilitar o aumento das áreas sob regime de proteção, desonera o Poder Público das indenizações e gastos com a gestão das áreas. Neste contexto, a viabilização de RPPN é relevante e contribui para a melhoria do quadro de áreas protegidas nacionalmente, já que o orçamento governamental para compra de terras e criação de novas unidades de conservação públicas é pequeno.

As RPPNs, além de assegurarem a contribuição da propriedade privada na proteção do meio ambiente, representam um caminho para envolver a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, e por essa conotação de integração entre áreas verdes e participação popular, a possibilidade de êxitos desses projetos aumentam. Como apresentado na experiência de Ito et al.(2004), as RPPNs podem ser um modelo de como possibilitar à sociedade interferir de forma positiva na conservação dos recursos naturais locais, aproximando cada vez mais o Homem e a Natureza. Entretanto, isso depende do processo de construção do conhecimento, da maior compreensão da realidade local, situando problemas, causas, efeitos e soluções cabíveis junto com a comunidade para melhor superação das dificuldades, e isso envolve trabalhos de educação ambiental.

Para o proprietário que transforme sua propriedade em uma RPPN existem alguns benefícios, tais como isenção do ITR (Imposto Territorial Rural); possibilidade de isenção de IPTU, possibilidade de acesso a financiamento de projetos ambientais; prioridade na análise de projetos encaminhamentos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente; acesso a recursos de compensação ambiental; e agilidade no processo de aprovação da Reserva Legal (COSTA, 2006).

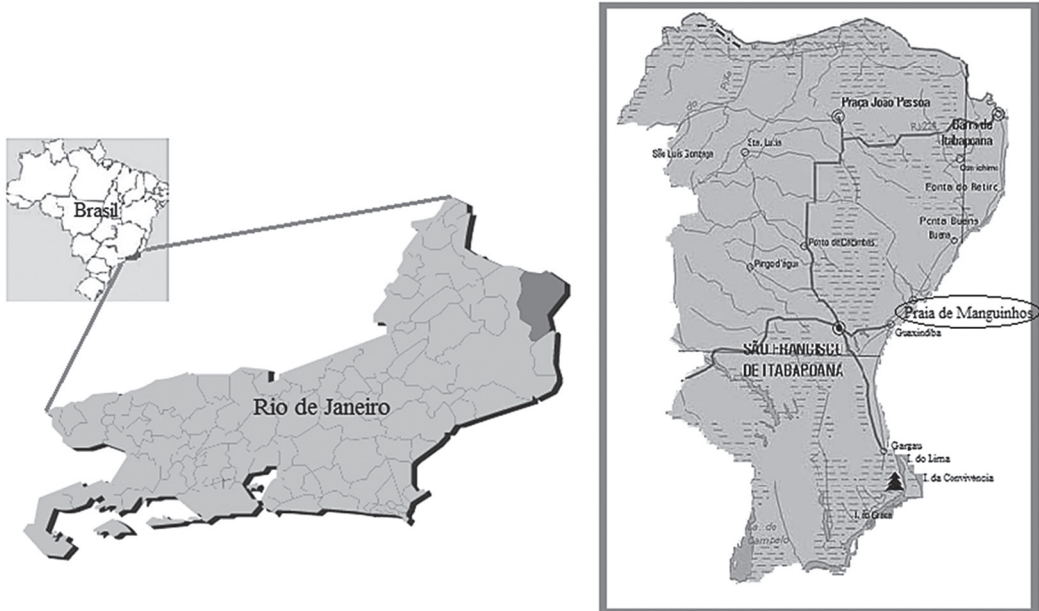
No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto Estadual 40.909/2007 dispõe sobre as RPPNs como unidade de conservação da natureza de proteção integral, além de estabelecer critérios e procedimentos administrativos para a sua criação e estímulos e incentivos para a sua implementação e determina outras providências. O fato de serem classificadas no grupo de Proteção Integral, e não como Uso Sustentável, como disposto no SNUC, assegura a essa classe maiores suportes e rigorosidades quanto a sua proteção em âmbito estadual.

## Área de Estudo

A área com pretensões de estabelecimento da RPPN está localizada na praia de Manguinhos, município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro (Figura 1). É um fragmento florestal de 7,1 ha, localizado na propriedade rural conhecida como Fazenda

São Pedro (entre as latitudes  $21^{\circ}27'35.98''S$  e  $21^{\circ}27'47.61''S$  e longitudes  $41^{\circ}2'30.62''O$  e  $41^{\circ}2'16.42''O$ ) (Figura 2), de propriedade da União Assistência São José/Colégio João Paulo II.

Atualmente, a área já possui uma parcela com dimensão de 2,65 hectares que se enquadra num regime especial de proteção de Reserva Florestal Legal (Figura 3), situada em ecossistema de restinga.



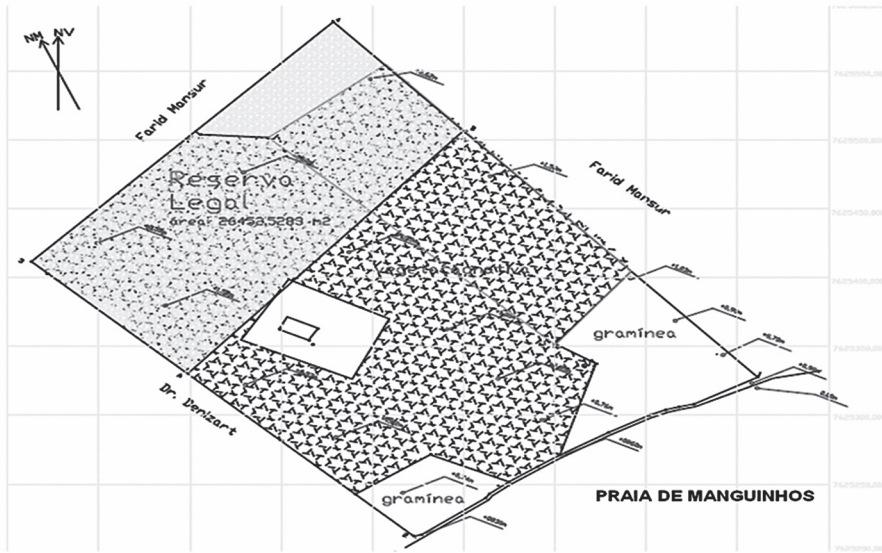
**Figura 1 – Localização da área de estudo**

Fonte: Agência Rio de Notícias/Squalo (2013). Adaptada pelos autores.



**Figura 2 – Fazenda São Pedro**

Fonte: Google Earth (2014)



**Figura 3 – Esquema da Reserva Legal de Manguinhos**

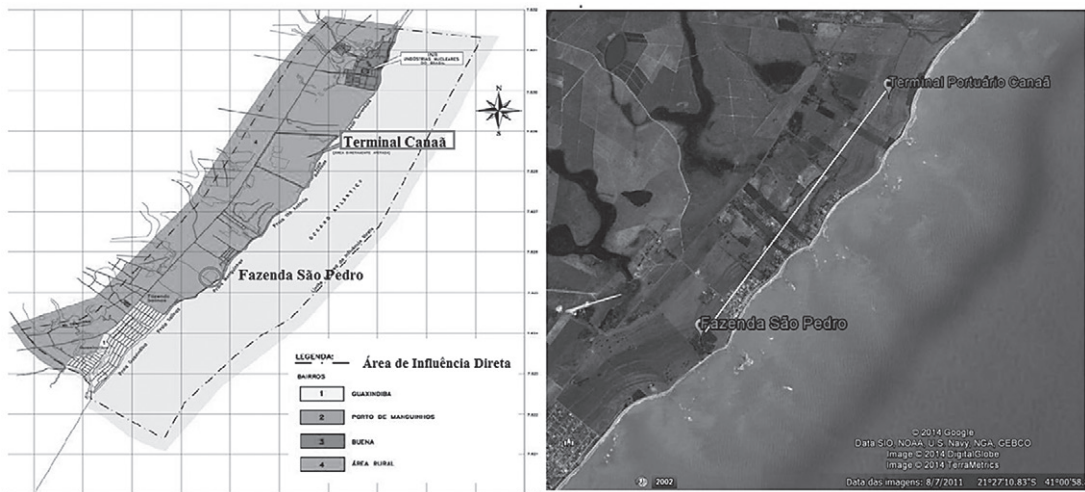
Fonte: Dos Autores (2014)

A Resolução CONAMA n.º 10 de 1.º de outubro de 1993, em seu artigo 5.º, define restinga como sendo a “vegetação que recebe influência marinha, presente ao longo do litoral brasileiro, também considerada comunidade edáfica, por depender mais da natureza do solo do que do clima”. Conforme essa resolução, essa formação vegetal ocorre em mosaico e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

A área da proposta para estabelecimento da RPPN, localizada nos domínios da Fazenda São Pedro encontra-se nas proximidades da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba-EEEG (aproximadamente 5km). A EEG, criada por decreto no dia 30 de dezembro de 2002, com objetivo de proteger o maior remanescente contínuo de mata estacional semidecidual do Estado do Rio de Janeiro, é a única Unidade de Conservação nos limites do município de São Francisco do Itabapoana. Apesar de próximas, diferentemente da RPPN que está localizada em ecossistema de restinga, a EEG está recoberta por Floresta Estacional Semidecidual e Mata de Tabuleiro (FUNDAÇÃO PRO VITA, 2010), fato que aumenta a relevância de criação da UC na região proposta, pois vem a contribuir para proteção do conjunto regional da biodiversidade, podendo as Unidades no futuro, integrarem um mosaico, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional, conforme disposto pelo SNUC (BRASIL, 2000).

A perspectiva de crescimento regional, a partir da implantação do Terminal Portuário Canaã que objetivará atender demandas logísticas decorrentes da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, esperando ainda alcançar as bacias do Espírito Santo e de Santos (SQUALO, 2013), aumenta a relevância de preservação da região. A área dista aproximadamente 3,27 km do futuro empreendimento e está incluída na sua área de influência direta (AID), conforme Figura

4, constituindo o território onde características sociais, econômicas, culturais e os aspectos físico-biológicos sofrerão alterações e impactos de maneira primária. Desta forma, o estabelecimento de espaços especialmente protegidos surge como ação fundamental para proteção de recursos e remanescentes estratégicos naturais e culturais, reduzindo as chances de que no futuro haja perdas de irreversível ou de difícil recomposição da qualidade ambiental da região, em face da possibilidade de urbanização não planejada ou mal pensada.



**Figura 4 –Área de Influência Direta do Terminal Portuário Canaã**

Fonte: SQUALO (2013) e GoogleEarth (2014)

O local para implantação da RPPN, em específico, já havia sofrido ação antrópica há vários anos, com a supressão de vegetação para formação de pastagem e com a introdução de espécies arbóreas exóticas.

Atualmente, estudos técnicos realizados no local demonstraram que a área apresenta um extrato arbóreo divergente da vegetação típica da restinga, com baixa diversidade de espécies, no entanto, em condições de ser recuperada pela inibição do crescimento de espécies exóticas e plantios de enriquecimento, utilizando espécies nativas. A pretensão deste trabalho é que esta estratégia seja incorporada e fortalecida com o estabelecimento de uma RPPN no local, desenvolvida em concomitância com trabalhos de educação ambiental com a comunidade do entorno e os demais envolvidos.

A área possui ainda grande importância histórica e cultural. De acordo com Squalo (2013), a Fazenda São Pedro guarda marcos do período mais cruel de nossa colonização: *era sede onde recebia os navios negreiros, pertencente a André Gonçalves da Graça, responsável pela prisão de escravos para adaptação, para depois serem distribuídos pela região.*

Vários esqueletos, indicando serem ossadas de escravos (Figura 5), foram e ainda são encontrados na região, principalmente no período de ressaca do mar. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu o acervo encontrado como Sítio Arqueológico Manguinhos, mas de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental para a implantação do Terminal Portuário Canaã, embora registrado e reconhecido, não foi mapeado e

não se encontra protegido e nem tampouco sinalizado (SQUALO, 2013), o que é extremamente alarmante face às transformações iminentes na região.



**Figura 5 – Ossadas de escravos encontradas no sítio arqueológico Manguinhos**

Fonte: Squalo (2013)

Conforme Squalo (2013), os patrimônios arqueológicos, por definição, são bens tombados, feitos excepcionalmente por interesses científicos ou ambientais. Neste sentido, as UCs podem favorecer sua proteção.

Neste contexto, as áreas especialmente protegidas ou UCs estão entre as principais estratégias de conservação da biodiversidade ecológica e da diversidade cultural, sendo, portanto, áreas favoráveis para práticas de Educação Ambiental.

## **Procedimentos metodológicos**

Tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, optou-se pela adoção de uma pesquisa de caráter qualitativo, para permitir a análise dos diversos fatores envolvidos no contexto da localidade em função da subjetividade característica deste tipo de trabalho.

Baseando-se em Gaskell (2002), optou-se pela modalidade qualitativa, pois:

[...] uma das principais finalidades da pesquisa qualitativa é a de apresentar, de forma ampla e representativa, a diversidade de pontos de vista de um determinado grupo [...]. A escolha criteriosa dos participantes é fundamental para os resultados da pesquisa, na medida em que afeta a qualidade das informações obtidas e a validade da própria pesquisa.

Deste modo, através da metodologia de cunho qualitativo, foi possível realizar a análise de conjuntos, tais como os aspectos culturais, ambientais e sociais locais, que constituem fatores indispensáveis para a compreensão da dinâmica do ecossistema em questão, sendo o próprio ambiente natural a fonte direta para a coleta de dados.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos utilizados, foram realizados levantamento bibliográfico com o intuito de obter informações acerca do tema trabalhado, e



observação do local (seu entorno e suas formas de interação) realizada por visitas de campo e registros fotográficos para delimitar o uso dos espaços e a RPPN a ser criada. Observar de forma curiosa e crítica revela fatos e circunstâncias do contexto natural onde os fenômenos observados se manifestam, por muitas vezes, despercebidos ou pouco evidentes nos métodos convencionais de análise.

Uma ênfase especial aos procedimentos metodológicos será atribuída à entrevista (ANEXO I) que também será uma ferramenta de coleta de dados utilizada e que geralmente acompanha a observação.

A análise da percepção ambiental dos moradores da localidade de Manguinhos, situada em São Francisco de Itabapoana, ocorreu por meio da realização de uma entrevista semiestruturada a respeito da possível implantação de uma Unidade de Conservação na região. Optou-se pela utilização de uma entrevista semiestruturada por sua flexibilidade e pelo direcionamento da entrevista por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas, permitindo uma organização e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA, 2000).

A entrevista foi estruturada a partir de questionamentos sobre o perfil dos entrevistados que priorizou colher dados que permitissem identificar o perfil do entrevistado, tais como nome, sexo, idade, grau de escolaridade e o tempo de moradia na localidade; e a percepção da comunidade acerca da Unidade de Conservação e da problemática ambiental local que objetivou averiguar o conhecimento dos residentes sobre a área e sua opinião acerca da preservação e conservação ambiental local. Ao total foram treze perguntas, sendo seis referentes à primeira etapa e sete à segunda etapa.

Esta pesquisa de caráter qualitativo foi realizada durante o segundo semestre do ano de 2013, sendo aplicada a uma amostra de 20 moradores da localidade de Manguinhos.

Cada entrevista durou cerca de 10 a 15 minutos e, na maioria das vezes, foi efetuada na própria residência do entrevistado. Antes de sua realização, era informado ao entrevistado que sua identidade seria preservada a fim de proporcionar credibilidade e ética à pesquisa.

Assim, para que o estabelecimento de propostas de Educação Ambiental em uma área impactada seja eficiente, é importante detectar os níveis de percepção ambiental da população da referida área, a fim de que se conheçam seus valores, suas atitudes, suas condutas e como os impactos sofridos influenciaram na percepção desses indivíduos.

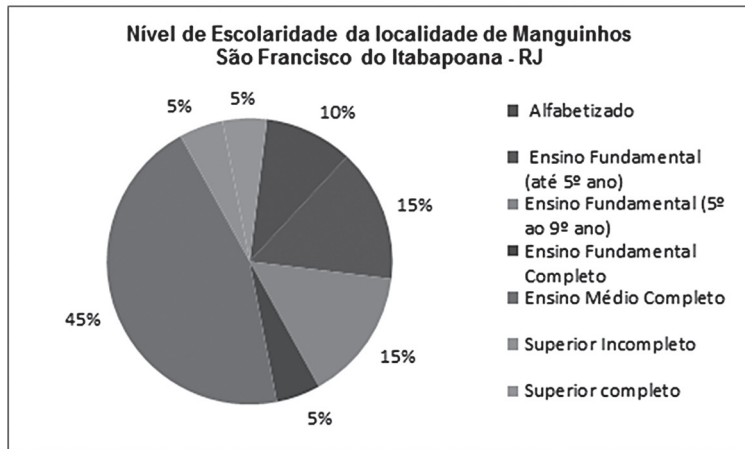
A partir de todos os dados coletados serão determinadas as ações para contribuição da RPPN com espaço para a prática da educação ambiental, de acordo com as percepções da comunidade acerca da representatividade da área. Todo processo esteve vinculado à promoção da valorização dos aspectos culturais, sociais e do ecossistema local.

## **Resultados e discussão**

### *Análise das Entrevistas*

As entrevistas foram realizadas com 20 moradores (11 do sexo masculino e 9 do sexo feminino), com faixa etária compreendida entre 26 e 77 anos, sendo a idade média 54 anos.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, a pesquisa revelou que dois entrevistados (10%) são alfabetizados, tendo cursado do 1.º ao 5.º ano incompleto do Ensino Fundamental, e três (15%) completaram seu 1.º ciclo (5.º ano). Três entrevistados (15%) possuíam o Ensino Fundamental incompleto e um entrevistado (5%) informou tê-lo completado. Nove entrevistados (45%) concluíram o Ensino Médio, um (5%) não concluiu o Ensino Superior e um (5%) entrevistado possui Ensino Superior completo.



**Figura 6 – Gráfico sobre o nível de escolaridade**

Fonte: Dos autores (2014)

Os moradores foram inquiridos quanto ao tempo em que residiam na localidade de Manguinhos. Onze entrevistados (55%) responderam residir no local entre 0 e 20 anos, cinco entrevistados (25%) entre 21 e 40 anos e quatro (20%) deles residem há mais de 41 anos.

Os entrevistados também foram indagados sobre a ocupação: sete (35%) são comerciantes, três (15%) informaram ser donas de casa, uma (5%) empregada doméstica, dois (10%) são aposentados e os sete entrevistados (35%) restantes trabalham cada qual nas seguintes ocupações: lavrador, guarda municipal, frentista, técnico de enfermagem, professor, contador e engenheiro civil.

Ao serem perguntados se já visitaram a Fazenda São Pedro, apenas quatro (20%) dos vinte entrevistados responderam não conhecer pessoalmente o local, apesar de já terem ouvido falar a respeito dele.

O conhecimento dos moradores sobre a área em questão também foi uma das informações coletadas no decorrer da entrevista. Observou-se que a maior parte da amostra entrevistada (quinze moradores – 75%) relatou conhecer a Fazenda São Pedro pelo cemitério de escravos existente no local. Os demais entrevistados lembraram a doação da fazenda feita aos padres carmelitas pelo antigo proprietário Simão Mansur, além de histórico de caças de animais e usos agrícolas.

Todos os entrevistados consideraram importante a preservação e a conservação da área, em função de sua relevância ambiental e histórica e outros aspectos também foram destacados, tais como turismo e possível espaço para integração da comunidade.

Quando perguntados se já ouviram falar em Unidade de Conservação, a maioria dos

entrevistados (quinze moradores – 75%) respondeu que não, enquanto que cinco moradores já ouviram falar desse assunto na televisão. Após as respostas obtidas foi explicado a todos os moradores do que se tratava uma Unidade de Conservação e o objetivo deste trabalho.

Neste momento da entrevista, os moradores responderam se achavam interessante transformar a área da Fazenda São Pedro em uma Unidade de Conservação e constatou-se que houve uma unanimidade de respostas afirmativas, revelando o interesse em se preservar o local e em atuar nas atividades implantadas na unidade.

Finalmente, quando questionados sobre o que gostariam de ver na área, os moradores destacaram os seguintes usos: atividades voltadas para educação da comunidade, dando ênfase às questões ambientais e à importância da preservação do patrimônio histórico local, além de atividades de lazer, espaço para articulação da comunidade e para geração de emprego e renda.

### *Propostas de práticas ambientais para a RPPN da Fazenda São Pedro*

Identificados os problemas, características ambientais relevantes, ameaças e fragilidades que afetam a área proposta para implantação da RPPN, uma etapa fundamental do presente estudo é a proposição de trabalhos e atividades para promoção da educação ambiental na área, considerando que os espaços especialmente protegidos são territórios adequados a práticas educativas vivenciais provocadas pela experiência direta do indivíduo com o meio natural, o que favorece a formação de olhares mais sensíveis às questões ambientais; além de estimular os envolvidos para identificação de sua posição no mundo, propiciando transformações de suas condutas.

As propostas deste trabalho se alinham às vertentes contemporâneas dos trabalhos em educação ambiental, que priorizam o envolvimento de um público diversificado, conduzindo a ação educativa dentro de uma perspectiva de educação permanente e de formação de consciência crítica. Pela importância estratégica local da RPPN, dar-se-á especial atenção aos grupos locais para promover a participação da comunidade nas atividades da reserva e desta forma empoderará-los para a condução de ações coletivas transformadoras de suas realidades.

Para condução desta etapa, portanto, foram utilizados atributos diagnósticos das potencialidades da área, utilizando como referência os princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (2003):

- Transversalidade e Interdisciplinaridade;
- Descentralização Espacial e Institucional;
- Sustentabilidade Socioambiental;
- Democracia e Participação Social;
- Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

Desta forma, as propostas de atuação delinearão-se nas seguintes vertentes: educação ambiental no ensino, educação no processo de gestão ambiental, campanhas de educação ambiental e articulação intra e interinstitucional, conforme descrito a seguir.

## *Educação ambiental no ensino*

Neste tema, o presente trabalho propõe ações para desenvolvimento da educação ambiental nas diversas áreas do processo educativo: formal, não formal e informal, visando ao exercício da transversalidade em todas as atividades concernentes à RPPN, e à prática contínua da sustentabilidade como premissa para o uso do espaço, inclusive nas atividades do dia a dia, implantação de infraestrutura, execução de serviços operacionais e elaboração de contrato.

Na perspectiva do ensino formal, a UC, uma vez pertencente ao Colégio João Paulo II, poderá ser incluída nas atividades através do Projeto Político Pedagógico e, assim, recepcionar os estudantes e professores da instituição para que desenvolvam trabalhos diversos, com foco principalmente na questão ambiental, já que o meio ambiente está contido como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Reserva também poderá dispor de roteiros de atividades para atender a comunidade escolar e os visitantes do local (recepção no centro de visitação, participação de trilhas interpretativas e de atividades de vivências em ecologia). Os roteiros devem priorizar os temas: meio ambiente, história e cultura, já que são destaques da área, conforme anunciado na análise das entrevistas.

Partindo dos resultados do diagnóstico, verificou-se que a região possui grande importância histórica, sociocultural e ambiental, mas que não tem sido tratada e valorizada devidamente, inclusive pela comunidade. Nas entrevistas, a comunidade revelou ainda a desatenção das diversas escalas do poder para com a população. De acordo com os participantes da pesquisa, a área em estudo seria um espaço interessante para suprir algumas dessas carências, principalmente no tocante à integração da comunidade e quanto à possibilidade de aprender algo sobre a história e sobre os aspectos culturais que permeiam a área em questão.

Neste sentido, este trabalho sugere a implantação de cursos que aproveitem o potencial e vocações da área, desde que resguardando o seu objetivo central de proteção histórico-ambiental. A proposta central, nesta perspectiva, seria um curso para formação de multiplicadores para educação agroambiental na localidade, com objetivo geral de preparar a comunidade para a atuação como formação de monitores ou agentes ambientais, capazes de atuar na RPPN e na sua comunidade enquanto cidadãos, contribuindo para a melhoria do meio em que vivem, procurando diminuir os impactos ambientais, valorizando e transformando positivamente os aspectos culturais, sociais e ambientais de seus espaços, por meio da sensibilização da coletividade em defesa da qualidade ambiental.

## *Educação no processo de gestão ambiental*

O desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado à manutenção da diversidade biológica e cultural e dos serviços ambientais provenientes da conservação de espaços com esses atributos.

Desta forma, a relação de dependência, ainda que por vezes pouco percebida ou valorizada, determina a importância do fortalecimento da conservação da biodiversidade aliada à participação de grupos sociais na gestão desses espaços especialmente protegidos.

Portanto, a proposta deste tópico concerne à formação de um conselho gestor para condução do processo de gestão da RPPN. A gestão participativa reúne oportunidades de ação educativa com participação política, de forma a estabelecer coletivamente as tomadas de decisão para gerenciar conflitos e promover a conservação da biodiversidade nas áreas protegidas (LOUREIRO, 2004; QUINTAS, 2002).

Apesar de as UCs, de maneira geral, constituírem territórios adequados para a gestão participativa, é importante observar um ponto sobre essa questão. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural dispensam a instituição de conselhos gestor (LOUREIRO et al., 2005). A constituição de um Conselho que incentive a participação local mostra um alto grau de consciência ambiental por parte do proprietário da área, inicialmente já demonstrado quando da iniciativa de destinar sua área para preservação ambiental. Ao adotar um conselho gestor o proprietário aumenta o escopo dos benefícios de sua ação e de seu compromisso com a sociedade; além de ganhos ambientais, essa ação traz benefícios sociais e expande a abrangência de influência de sua UC.

Como verificado no diagnóstico, observa-se que a criação de uma UC na área agrada a comunidade do entorno, principalmente porque a comunidade carece de ações públicas para melhoria das condições de vida. O diagnóstico revelou também a relevância da preservação do local devido a sua importância histórica, cultural e ambiental, que extrapolam os limites da comunidade.

Desta forma, percebe-se que a instituição de conselho consultivo aumenta o escopo de benefícios da criação da RPPN no local para muito além do ponto de vista ambiental e dos limites da área protegida. Essa estratégia também instrumentaliza a população do entorno para mobilização quanto às questões que afetem seu cotidiano e aproxima a população à Reserva facilitando que ela atinja os seus objetivos.

De acordo com Loureiro et al. (2005):

[...] a noção de conselho gestor, prevista na Constituição Federal de 1988, procura torná-lo o espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas. Nesses espaços formais, todas as demandas são legítimas por princípio, prevendo-se canais de confronto e interpelamento democrático entre os projetos sociais, de modo a se construir alternativas viáveis e o mais inclusivas possível.

Um conselho consultivo com a participação popular e com o consentimento do proprietário pode ser estabelecido para a RPPN de Manguinhos. O conselho deve ser composto por representantes da comunidade local e outros, a critério do proprietário. O caráter consultivo do conselho deve ser determinado e garantido pelo proprietário (e quem o suceder), que será seu presidente com mandato permanente (FERREIRA et al., 2004).

O êxito na constituição de um conselho consultivo na RPPN cria na comunidade envolvida um espaço de acordos participativos, que também podem promover nos indivíduos a noção de apropriação democrática do ambiente, reforçando os preceitos da própria constituição brasileira,

que estabelece o meio ambiente como bem de uso comum e de interesse difuso (BRASIL, 1988).

O conselho, como configurado, seria um instrumento democrático de gestão. Conforme Loureiro et al. (2005), a educação ambiental, no processo de concretização de seus pressupostos (participação, interdisciplinaridade, ambiente como totalidade e complexidade, respeito às características culturais de cada comunidade etc.), é o instrumento privilegiado para unir a necessidade política democrática às finalidades desse tipo de UC, e também às temáticas e às especificidades socioambientais de cada localidade.

### *Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais: Comunicação para Educação Ambiental*

O sucesso da Educação Ambiental depende de levar à sociedade, com clareza e firmeza, o quanto é importante a mudança de postura e a preservação do meio ambiente. O ProNEA recomenda veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral.

Conhecer para preservar é o foco dessas atividades, para isso propõe-se que sejam feitas campanhas educativas por meio da identificação de temas importantes à realidade local (condutas para evitar incêndios florestais, proibição de caça, deposição correta de resíduos sólidos, conservação do solo e importância do patrimônio histórico-cultural) e educomunicação, buscando utilizar recursos tecnológicos e formular estratégias para a construção coletiva de saberes, difundidos a partir do desenvolvimento de um *site* da RPPN, hospedando uma área destinada à divulgação das ações de educação ambiental; confecção de vídeos; campanhas em jornais e rádio; oficinas; cartilhas educativas e publicações sobre a RPPN.

Nesta perspectiva, ainda destacam-se a formação e a articulação com comunicadores sociais, pessoas capazes de difundir informações sobre a reserva e seus objetivos. Esses indivíduos serão fundamentais também para articulação e integração com a comunidade, alinhando-se a uma das linhas de ação do ProNEA. Nesta questão, espera-se que os participantes do curso de Formação de Multiplicadores para Educação Agroambiental na localidade atuem como sentinelas dessas informações.

A parceria com os meios de comunicação diversos são essenciais para que as informações da Reserva atinjam regiões mais amplas, inclusive para produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos.

### *Articulação intra e interinstitucional*

A educação ambiental deve atuar em todos os níveis de ensino. No ponto de vista da educação formal, o Colégio João Paulo II fortalecerá suas orientações curriculares no campo da educação ambiental formal, por meio da utilização da Unidade como laboratório para suas aulas, inclusive podendo implementar ações para formação de professores para atuar na área.

Para elaboração desses programas e outros na Unidade, o proprietário poderá estreitar outras parcerias com o IFF, por meio dos cursos Técnicos de Meio Ambiente, Engenharia Ambiental, Mestrado e da Pós-Graduação em Educação Ambiental para implementação das atividades apresentadas e pesquisas na área de educação ambiental e conservação da biodiversidade local. A possibilidade de parceria se expande para outros cursos como o de Design Gráfico, para elaboração dos materiais gráficos educativos; e o de Arquitetura, para elaboração e planejamento das infraestruturas.

O interessante da proposta é ainda criar oportunidade de estágio para esses estudantes. Ressaltando a grandeza do Polo Universitário Regional, pode-se ainda convidar outras instituições para participar do processo, conferindo assim maior visibilidade à UC e a seus trabalhos, oportunizando aumentar o campo transversalidade de suas ações.

## Conclusão

O trabalho revela a importância da Fazenda São Pedro por seus aspectos ambientais, históricos e socioculturais, e que, portanto, a sua preservação, na forma de um regime especial de proteção (Unidade de Conservação), é fundamental e emergente, principalmente considerando o longo período de desvalorização dos patrimônios da área e região do entorno, e as ameaças recentes em função das iminentes transformações.

Diante de tal cenário, percebe-se que as estratégias pautadas nos princípios do ProNEA são importantes a fim de orientar as ações de educação ambiental na RPPN da Fazenda São Pedro, de forma a torná-la uma área adequada à prática e à busca de espaços socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

| 115 |

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%E7ao\\_Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%E7ao_Compilado.htm)>. Acesso em: 9 abr. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

COSTA, Cláudia Maria Rocha. *Potencial para a Implantação de Políticas de Incentivo às RPPNs*. Belo Horizonte: Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, The Nature Conservancy, 2006.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução n.º 10 de 1.º de outubro de 1993. Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1993. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/202/\\_arquivos/conama\\_res\\_cons\\_1993\\_010\\_estgios\\_sucessionais\\_de\\_florestas\\_](http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/conama_res_cons_1993_010_estgios_sucessionais_de_florestas_)

geral\_202.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

FERREIRA, L. M.; CASTRO, R. G. S. de; CARVALHO, S. H. C. de. *Roteiro Metodológico para a Elaboração de Planos de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural*. IBAMA: Brasília, 2004.

FUJISAWA, D. S. *Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Marília, 2000.

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA. *Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN: Iniciativa cidadã para a proteção da natureza*. São Paulo, 2008.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOOGLE EARTH. *Mapas*. [Mountain View], 2014. Disponível em: <<http://mapas.google.com>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FUNDAÇÃO PRO VITA. *Plano de Manejo Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba: EEEG*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente, 2010.

| 116 | ITO, M. et al. Fortalecimento do protagonismo e participação de grupos comunitários e organizações locais na conservação do remanescente de mata atlântica na RPPN Mata do Sossego e seu entorno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 4., 2004, Simonésia. *Anais...Simonésia*, MG: [S.n.], 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, Salvador, v. 7, n. 1, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. et al. *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Brasil). *Documento que apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional*. Brasília, 2013.

QUINTAS, J. S. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: IBAMA, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 40.909, de 17 de agosto de 2007. Dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – como unidade de conservação da natureza de proteção integral no território do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.inea.proderj.rj.gov.br/NucleoRPPN/docs/Decreto\\_40909\\_RPPN.pdf](http://www.inea.proderj.rj.gov.br/NucleoRPPN/docs/Decreto_40909_RPPN.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SQUALO ECOLOGIA. *Relatório de Impacto Ambiental: Terminal Portuário Canaã em Manguinhos, SFI*. [Campos dos Goytacazes?], maio de 2013.



## APÊNDICE A - Entrevista com os moradores de Manguinhos



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FLUMINENSE**  
Campus Campos-Centro

Secretaria de Educação  
Profissional e Tecnológica

Ministério  
da Educação



### ENTREVISTA

#### ➤ Perfil do Entrevistado

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 3) Idade: \_\_\_\_\_
- 4) Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_
- 5) Profissão: \_\_\_\_\_
- 6) Tempo de moradia na localidade de Manguinhos: \_\_\_\_\_

#### ➤ Percepção da comunidade acerca da Unidade de Conservação e da problemática ambiental local

- 1) Você já visitou a Fazenda São Pedro? O que você conhece sobre a área?
- 2) Você considera importante preservar e conservar o local? Por quê?
- 3) Você já observou ou presenciou algum problema ambiental na área? Se sim, qual (is)?  
( ) Queimadas ( ) Desmatamento ( ) Depósito de Lixo  
( ) Caça de animais ( ) Nenhum ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 4) A quem você atribui a responsabilidade de preservação da área?  
( ) Poder público ( ) Proprietários ( ) Comunidade  
( ) Todos ( ) Nenhum ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 5) Você sabe ou já ouviu falar em Unidade de Conservação? Se sim, onde?
- 6) Você acha importante transformar a Reserva em Unidade de Conservação? Você gostaria de atuar na unidade?
- 7) O que você gostaria de ver na área?

| 117 |